



A Eficiência da Comunicação e da Educação nas práticas dos Movimentos Sociais¹

Emerson dos Santos DIAS²
Universidade Estadual de Londrina - UEL, Londrina, PR

Resumo

Dados sobre o processo de formação dos jovens no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), coletados e analisados durante mais de uma década, apontam que a interação entre três frentes usadas pelo grupo (impor-se no cenário socioeconômico nacional e internacional, desenvolver projetos paralelos às ações envolvendo reforma agrária e expor deficiências do Estado em outras áreas) vem resultando no avanço da mobilização social dentro de arenas públicas, das mídias e da vida acadêmica. Ambientes estes ocupados pelos próprios integrantes da mobilização. Uma breve análise sobre o processo histórico e social do grupo está concentrado no presente artigo, que trata o sistema educacional independente e os conflitos expostos nos cenários midiáticos – sejam eles físicos, sociais ou políticos quando destacado nos meios de comunicação – como táticas eficientes para estabelecer e ampliar a comunicação e a difusão das idéias e das ações dos sem-terra no Brasil.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; MST; Educação; Comunicação; História

Introdução

Independente de gostar ou odiar, criticar ou elogiar, apoiar ou não o movimento, ninguém fica indiferente às ações dos quase um milhão e meio de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Ações estas que foram e continuam sendo repercutidas em reportagens, documentários, dissertações e teses, livros, canções e até mesmo em alterações de leis e na sistematização de um processo paralelo de Educação.

Poderiam ser citadas incontáveis manchetes de jornais e capas de revistas de circulação nacional (prós e contras), os mais de 40 comitês organizados em 17 países (incluindo os Estados Unidos), os prêmios recebidos (entre eles, o Prêmio Rei Balduino, concedido pelo Bélgica (1996) e o Prêmio Internacional à Inovação Tecnológica da Associação dos Engenheiros Industriais da Catalunha, em 2000), a extensa bibliografia – acadêmica, histórica e literária – sobre a mobilização e suas adjacências (que conta com a publicação “Terra” (1997) onde reúne texto de José Saramago, fotografias de

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul e realizado de 26 a 28 de maio de 2011.

² Mestre em Sociologia e professor do Curso de Jornalismo da UEL, email: emerson.dias@gmail.com



Sebastião Salgado e um CD com músicas de Chico Buarque) ou ainda os milhares de processos judiciais (só para exemplificar, na região do Pontal do Paranapanema (SP) estão em andamento no ano de 2010 mais de 210 ações, espalhadas em oito comarcas).

É de conhecimento público que o MST não foi e não é o único movimento social rural do Brasil³ e nem tampouco o maior grupo camponês mobilizador numericamente falando se comparado aos inúmeros movimentos registrados formal ou informalmente no país⁴. Mesmo assim, os sem-terra atingiram alto grau de importância histórica e sociológica na virada do Século XX para o XXI exatamente por ter conseguido sobreviver mais de 25 anos lutando⁵, reorganizando-se internamente durante este período e ainda atuando em diversas frentes, assumindo outras bandeiras reivindicatórias da sociedade.

As três frentes destacadas são complementos pertinentes aos fatores analisados neste artigo e em outros eventos acadêmicos⁶. São elas: 1) apresentação frequente nos debates públicos nacionais e até internacionais (englobando ações pela igualdade social, proteção ao meio ambiente, direitos universais do cidadão, entre outros), além de o grupo exercer papel fundamental no ressurgimento dos movimentos sociais do campo no Brasil e reforçar mobilizações rurais em outros países por meio da Via Campesina; 2) desenvolvimento de projetos em vários setores – como educação, alimentação, gerenciamento de cooperativas, construção de centros de formação, etc. – na intenção de atuar em outras áreas e também de dominar e aprimorar técnicas de todas as escalas da produção; 3) trazer à tona não apenas discussões sobre a importância da Reforma Agrária no Brasil, mas também explicitar claramente a inoperância de diversos setores do Estado que deixaram de proporcionar (alguns nunca proporcionaram de fato) ao

³ Historicamente, temos as Ligas Camponesas (décadas de 1940 e 1950) como principais referências das mobilizações no campo. Só para citar algumas que estão em atividade, temos a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Base (MST da Base, criado pelo dissidente do MST, José Rainha), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento Terra Brasil (MTB) e União dos Movimentos Sociais Pela Terra (UNITERRA), além da Via Campesina (resultado da união internacional de trabalhadores rurais).

⁴ A CONTAG é a organização que reúne o maior número de agricultores do Brasil atualmente. A própria confederação define-se como “a maior entidade sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais da atualidade. (...) Hoje, são 27 federações que reúnem cerca de 4 mil sindicatos rurais e 20 milhões de trabalhadores e trabalhadoras do campo” (fonte: www.contag.org.br. Acesso em 25.05.2010). o MST conta com cerca de 350 mil famílias (perto de 1,5 milhão de pessoas).

⁵ Grupamentos sem-terra existem desde a década de 1970, mas o MST foi oficializado somente em janeiro de 1984, durante o 1º Congresso Nacional Sem-Terra, realizado em Cascavel (PR).

⁶ O tema também foi debatido pelo autor no VIII Encontro Nacional de História da Mídia, realizado em abril de 2011, em Guarapuava (PR) e também no I Simpósio em Comunicação Popular e Comunitária da Univ. Estadual de Londrina (UEL), em junho de 2010.



cidadão os direitos previstos na Constituição Federal: moradia, alimentação, educação, saúde, emprego e o direito aos espaços públicos – seja no campo ou nas cidades – onde possam trabalhar, produzir e ter uma vida digna.

Sobreviver 25 anos e atingir a “maioridade” torna o MST um dos importantes objetos empíricos dentro de pesquisas desenvolvidas nas Ciências Humanas, especificamente em relação aos movimentos sociais e às políticas sociais. Isso porque os sem-terra provocam reformulações de pesquisas e teorias dos estudiosos que não esperavam ver um simples movimento de origem camponesa ocupar um espaço até então propenso às mobilizações urbanas, enquanto se apresentam na contramão dos conceitos da estrutura sócio-econômica atual. No caso do MST e de outros grupos que integram os movimentos sociais rurais, é importante ressaltar que existem atualmente milhares de jovens usando Instituições de Ensino Superior (IES) como nova via de acesso para o desenvolvimento dele como agente ativo do grupo.

Educação e Ação

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁷, apontam que pelo menos 3 mil assentados ou acampados estudaram ou estão em um dos 39 cursos oferecidos em universidades brasileiras e estrangeiras. Parte destas conquistas é creditada ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), projeto vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário desde a criação em 1998, que tem como objetivo criar vínculos e parcerias entre as instituições e os movimentos sociais do campo para dar condições aos cursos alfabetização, ensino técnico e superior. Somados aos cursos técnicos, já passa de 50 o número de IES (nove centros técnicos e 43 faculdades e universidades⁸) envolvidos no programa. Ainda segundo dados do Incra, de 1998 a 2002, o Pronera foi responsável pela formação de 122.915 assentados (do ensino fundamental até o superior). De 2003 a 2008, mais 400 mil jovens e adultos tiveram acesso à escolarização (fundamental e médio). Atualmente, 17.478 pessoas estão em processo de formação e aprendizagem no Brasil.

O exemplo mais recente coletado pelo autor justifica o tema deste breve artigo, pois envolve, literalmente, educação e comunicação: em janeiro de 2010, a

⁷ Dados colhidos no site do INCRA (www.incra.gov.br) em agosto de 2010. Conforme pesquisa do autor, dados do MST de cinco anos atrás (janeiro de 2005) apontavam 950 universitários sem-terra, sendo 58 deles alunos da Escola Latinoamericana de Medicina em Cuba, o primeiro grupo a participar de um intercâmbio internacional específico para jovens integrantes do movimento.

⁸ Segundo informações do Pronera no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (www.mda.gov.br).



Universidade Federal do Ceará (UFC) passou a oferecer o primeiro curso de Jornalismo no país voltado para jovens do MST. Segundo a coordenadora da área de Comunicação Social da UFC, Márcia Vidal Nunes, a nova graduação teve o aval do Pronera e oferece 60 vagas para o curso que duração de quatro anos. Conforme informações contidas no site da instituição, as vagas são oferecidas através de vestibular e as aulas serão ministradas tanto na universidade quanto nas comunidades dos assentados⁹.

Somente o Setor de Educação do movimento sem-terra já é considerada uma estrutura gigantesca que funciona como uma engrenagem de retroalimentação: aprendizagem leva ao conhecimento, que leva ao questionamento de condições sociais decadentes, que leva a um processo de mobilização, que por sua vez busca melhorias às condições da população e que tende – na maioria das vezes – a desenvolver um sistema alternativo de aprendizagem, fazendo girar progressivamente o processo. Isso quer dizer que a evolução do MST não necessita da aprovação ou reprovação social: independente de apoio ou críticas da comunidade, os sem-terra seguem em frente com projeto central – a Reforma Agrária – amparando também outras bandeiras já citadas, ganhando espaço no campo e na cidade (nacional e internacionalmente) enquanto reprocessam ações e ampliam novas frentes.

Foi pensando de maneira hegemônica que lideranças e educadores estrategicamente conseguiram brechas no mundo acadêmico nas áreas em que o movimento tem interesse, dando origem ao universitário sem-terra. Se uma das necessidades iniciais dentro dos acampamentos do MST era de professores, as conquistas foram se ampliando para segmentos necessários ali e também nos assentamentos: engenheiros agrônomos e técnicos em Agropecuária Sustentável para as terras conquistadas; jovens formados em Direito para ampliar as defesas jurídicas do grupo; contabilistas e economistas para o auxílio de associações e cooperativas, etc. Boa parte destes espaços obtidos junto às IES surgiu de articulações próprias do MST que antecederam reservas de vagas destinadas a negros (no Brasil) e índios (no Paraná)¹⁰.

⁹ Ver detalhes no site www.ufc.br

¹⁰ O Paraná foi pioneiro na elaboração de uma lei – a 13.134/01 – que garantia 18 vagas anuais para universitários indígenas nas instituições de ensino estadual, além de uma ajuda de custo no valor de um salário mínimo. As vagas variam de ano em ano, na intenção de oferecer futuramente todos os setores científicos disponíveis nas universidades. Este pesquisador acompanhou durante dois dias – 15 e 16 de março de 2003 – em Guarapuava (PR), um encontro organizado pelos então 28 índios universitários do Estado. Com a ajuda de juristas e antropólogos, somado ao acompanhamento de caciques das 14 principais reservas indígenas do Paraná, foi criada a Associação Indígena de Universitários do Paraná (AIUP).



Conforme descrição de Gohn (2000) e Caldart (2000), os cursos de superiores e de formação profissionalizante do MST tentam articular sua própria metodologia, apresentando problemas durante as aulas e colocando situações e desafios que os alunos são incitados a darem respostas. Ainda assim, as dificuldades persistem. A formação dos alunos nos cursos garante uma nova visão dos problemas sociais, provocando conflitos entre o vivido e o recebido, sendo o primeiro permeado de sentimentos subjetivos, enquanto o segundo – carregado de objetividade – é pautado no racionalismo. Ainda de acordo com Gohn (2000, p. 128), os dirigentes do MST parecem estar conscientes de que os três pontos básicos da formação do jovem – análise da conjuntura, consciência e organização – ainda são insuficientes para revolver diversos problemas e garantir a participação dos novos profissionais na militância sob moldes semelhantes aos dos anos 70 e 80.

Este parece ser o novo caminho para combater as desigualdades no acesso à terra: formar jovens que passam a compreender o meio que o cerca, tanto enquanto estudante do ensino fundamental e médio de escolas de acampamentos e assentamentos quando acadêmico de universidades brasileiras e estrangeiras, onde sua presença passa a ser de agente acumulador de conhecimento científico, mas também de agente disseminador (comunicador) das propostas dos movimentos sociais, ampliando o poderio das ferramentas de difusão de informações desenvolvido e estruturado pelo movimento: jornal e revista próprios, colaboradores de ONGs nacionais e internacionais trabalhando na dispersão de idéias e notícias pelo mundo e presença na Internet por meio de site oficial e participação nas redes sociais, além de divulgação de livros, artigos, pesquisas e até mesmo material audiovisual para os interessados¹¹ Fonseca (2006) destaca ainda outros atrativos ligados ao campo da publicidade, mas que também funcionam como estratégia comunicacional.

“O MST desenvolveu um repertório enorme de produtos para difundir suas idéias. No sítio da organização da internet é possível comprar cadernos como *A Vez dos Valores*, onde se ensina a importância da solidariedade e do companheirismo nos acampamentos e assentamentos, CDs com músicas em ritmos populares que motivam a luta pela conquista da terra, além de cartilhas, bandeiras, bonés, quadros com fotografias feitas por Sebastião Salgado, camisetas, agendas, bandanas, botons, bolsas, vídeos, livros e outros itens.” (FONSECA, 2006, p. 13)

¹¹ Acessar o site www.mst.org.br e verificar toda a estrutura de divulgação do movimento.



Para mostrar o grau de compreensão e de sintonia que o movimento adquiriu junto aos referenciais da Comunicação Comunitária, vale destacar alguns dos meios de divulgação desenvolvidos pelo MST:

MST na (própria) mídia:

Jornal Sem-terra – mensal (1984)
Revista Sem-Terra – bimestral (1995)
Site: www.mst.org.br (1996 – 7 idiomas)
Boletim Eletrônico “Letra Viva” (1998)
Vozes da Terra – programa de rádio (2000)
Comunicados (sazonais via on line)
letraviva@mst.org.br // comunicacao@mst.org.br
Twitter: [MST_Oficial](#)

Fonte: levantamento do autor (2010)

Os sem-terra são conhecidos pela eficiência com que utilizam os canais próprios de mídia e também quando fazem das mobilizações verdadeiras panfletagens político-sociais. Mesmo sendo muitas vezes criticados pelos detentores da grande imprensa brasileira (principalmente as redes de TV e revistas semanais), ações como bloqueio de praças de pedágio, passeatas, reuniões e conferências reforçam a marca “MST” na memória porque foram e são insistentemente exibidos em reportagens impressas e audiovisuais ao longo das últimas três décadas. Consciente ou inconscientemente, os agricultores sem-terra usam – com experiência – o referencial de Debord (2003) sobre tornar o próprio indivíduo e seus atos um espetáculo.

Para a pesquisadora Maria da Glória Gohn (2000), as inserções na mídia se integram ao contínuo trabalho de arrebanhar simpatizantes e aos referenciais clássicos do movimento, como a bandeira (criada em 1987), slogans oficializados em congressos, rituais, marchas e datas históricas sempre revisitadas (como a chacina de Eldorado dos Carajás (PA), em 17 de abril de 1996, onde 19 morreram e 69 ficaram feridos).

“Há necessidade de um corpo de ativistas, datas comemorativas, lugares simbólicos, grandes eventos como marchas e congressos; fundos têm que ser levantados e arrecadados, cartas e boletins devem ser escritos, uma lista de nomes e de endereços de membros e adeptos potenciais deve ser agilizada, além de preparar quadros, orçamentos, obter informações a respeito das políticas e das prioridades públicas etc.” (GOHN, 2000, p. 43)



O processo de comunicação do MST utiliza-se de outro braço eficiente além das já conhecidas mídias (impressa, audiovisual e virtual) e também das mobilizações social-panfletárias: o universitário sem-terra. Em tempos de debates sobre redes sociais virtuais, este novo personagem sociológico não apenas interage como busca alterar a malha social onde circula por meio da difusão de informações.

Do campo ao Campus

Encarar a formação educacional como formação também política sempre foi uma condição proposta pela coordenação do MST, mas serviria para qualquer mobilização social, no campo ou na cidade. Um dos coordenadores nacionais dos sem-terra, João Pedro Stédile, está entre os que pensam os problemas sociais como políticos e afirma que a falta de moradia e de emprego, a concentração de terras e a baixa qualidade do ensino são exemplos destes problemas políticos. Stédile reforça ainda que as mudanças perseguidas pelo MST devem ir além da Reforma Agrária.

“O MST é um movimento de camponeses pobres cujos objetivos são: em primeiro lugar, eliminar a pobreza no meio rural; em segundo lugar, eliminar as desigualdades sociais; em terceiro lugar, fazer com que o cidadão do campo seja um homem completo, ou seja, saia de sua ignorância, de seus conhecimentos empíricos, e tenha acesso à educação” (STÉDILE In ZIRALDO, 2000, p. 8).

Ao analisar repetidamente a história e as mudanças sociais que o Brasil acumulou nas últimas décadas, observa-se que melhorias foram aperfeiçoadas e disponibilizadas ao homem do campo, mas ainda continuam longe de equacionar as condições do meio rural com as dos centros urbanos.

Basta restringir os olhares à Educação e citar como exemplo as limitações do aprendizado que força o jovem do campo a seguir seus estudos na cidade em busca de cursos profissionalizantes e/ou formação no ensino superior. Até mesmo técnicas utilizadas na produção agrícola – consideradas o mais importante para manter o produtor rural hoje – muitas vezes precisam ser aprimoradas fora do seu meio. A escola visivelmente não consegue oferecer condições que garantam uma aprendizagem sólida e preparo para os jovens brasileiros enfrentarem etapas mais complexas, a começar pelo vestibular.



Ao analisar o jovem do meio rural, seja ele sem-terra ou filho de agricultores, Vela (2001) destaca que vários fatores aumentaram a conscientização dos jovens do campo em relação ao mundo que o cerca, mas também respalda que estes mesmos fatores igualmente aceleraram o processo de formação dos jovens da cidade. Portanto, o distanciamento entre a juventude urbana e a rural pode estar atualmente em outro nível (no âmbito da concorrência profissional, do acúmulo cultural, das condições de assimilação do mundo moderno, etc.), mas continua visível. Alegoricamente falando, seria como uma bolha dentro de um cano d'água na posição vertical: a pressão que eleva as águas anteriores à bolha faz com que ela empurre o líquido posterior. A pressão avança a massa de água, mas a distância não diminui entre as partes e elas continuam separadas pelo ar.

Sobre a formação e reformulação do jovem sem-terra que está “ocupando” as instituições de ensino superior, percebe-se que as iniciativas do Setor de Educação do MST resultaram em conquistas significativas, como a diminuição do analfabetismo entre os integrantes e a manutenção das crianças em escolas rurais montadas por eles mesmos (ainda que precárias) em assentamentos e acampamentos.

Esta busca, desencadeada pelos primeiros líderes do MST, parece consolidar-se com os universitários sem-terra. Durante pesquisas anteriores (DIAS, 2004 e 2003), percebeu-se que as “ações de ocupação” do MST também são feitas por acadêmicos sem-terra no ambiente urbano onde vivem, já que passaram a infância e adolescência estudando em acampamentos e assentamentos da zona rural. Os depoimentos de Marcelo, Cristiana e Pedro (alguns dos universitários ouvidos pelo autor durante a pesquisa de mestrado), ilustram bem esta condição. Ao falar sobre o que aprendeu com professores do MST, o estudante de Direito afirmou:

“Nós estudamos Paulo Freire, Makarenko, Vygotsky¹² e criamos um projeto pedagógico de uma escola que fosse itinerante, em virtude do acampamento de Nova Canudos¹³ ser um acampamento de várias desocupações” (Marcelo).

¹² Paulo Freire (1921-1997), Lev S. Vygotsky (1896-1934) e Antón S. Makarenko (1888-1939), pensadores críticos na área de Educação.

¹³ Em junho de 2003, um dos coordenadores do MST no interior de São Paulo, José Rainha Junior, iniciou a convocação de sem-terra de diversas regiões do Estado, além de sem-teto, desempregados e outros interessados, para formarem juntos o acampamento “Nova Canudos” na região do Pontal do Paranapanema (sul de São Paulo). O grupamento, que chegou a reunir cerca de 20 mil pessoas, foi uma alusão direta ao movimento messiânico registrado no final do Século XIX, comandado por Antonio Conselheiro.



Ao discutirem Freire, os jovens sem-terra resgatam a “pedagogia do oprimido” (FREIRE, 1983) e constroem os preceitos de um aprendizado onde a vivência com o meio pode garantir referências importantes dentro do próprio cotidiano. Mararenko, por sua vez, torna-se referência por ter desenvolvido experiências em escolas rurais ucranianas, na década de 1920, onde crianças e jovens participavam de toda a rotina (estudar, mas também trabalhar na manutenção da estrutura, como reproduzindo a colaboração que ocorre entre parentes na agricultura familiar) e ainda tinham poder de opinar, sugerir e votar por mudanças internas que tivessem apoio da maioria. Já Vygotsky, por exemplo, oferece aos estudantes em geral um sistema de aprendizado onde as vivências coletivas dão significado aos assuntos abordados em sala de aula. Mais uma vez, teoria e prática se unem na formação do jovem e percebe-se que a Comunicação torna-se base do processo de mudança pedagógica defendida no passado e no presente.

No texto em que Pellegrini (2001) avalia as idéias de grandes sistematizadores pedagógicos usados por professores e instituições brasileiros, é possível entender que estruturas de ensino devem se complementar, já que nenhum professor ou pensador é dono da verdade. Para Freire, “o processo educativo seria um ato político, uma ação que resultaria em relação de domínio ou de liberdade entre as pessoas. De um lado, estaria a burguesia e, do outro, os operários. Uma pedagogia que libertasse as pessoas oprimidas deveria passar por um intenso diálogo entre professores e alunos” (PELLEGRINI, 2001, p. 22), exatamente o pensamento que os sem-terra procuram seguir. Com Vygotsky, conclui-se que “o indivíduo não nasce pronto nem é cópia do ambiente externo. Em sua evolução intelectual há uma interação constante e ininterrupta entre processos internos e influência do mundo social” (id., p. 25). Assim sendo, o pensador questiona a idéia de que as crianças vêm ao mundo com suas características pré-determinadas, ao mesmo tempo em que discorda do empirismo, seguindo uma terceira via, a sociointeracionista.

Poderíamos nos alongar por outras teorias pedagógicas, mas os dois exemplos colocados aqui (e citados pelo universitário) já deixam claro que alguns jovens sem-terra estão tentando compreender o que parece explícito para eles: a educação formal apresenta fissuras que dificultam a participação de excluídos sociais no processo de ensino que é oferecido como um direito constitucional a todos. Para um dos entrevistados, estas deficiências também são identificadas em níveis mais avançados.



“A universidade – e o curso de Direito principalmente – tem uma formação tecnicista. E tudo que é tecnicista foi feito para manter o que a direita pensa, manter as normas que a direita pensa. E quando você chega com uma bagagem, trabalhando em um movimento social e discutindo o porquê... (pausa). Dentro do movimento social, dentro do MST, você tem a formação. Eu tinha, por exemplo, formação com o Wolkmer¹⁴, que é um dos maiores pensadores da Filosofia do Direito do Brasil hoje. O movimento me proporcionava isso” (Marcelo).

Apesar de explicitarem engajamento, a oportunidade de adentrarem a universidade via movimento não significa que há garantias destes jovens continuarem ou continuarão permanecendo na luta ou até mesmo trabalhando dentro do e para o MST. O que existem são compromissos políticos, éticos e sociais que tendem a direcionar estes jovens para as frentes da luta, como novos reforços para a coordenação, assim como para a retaguarda do grupo (atuando em assentamentos e acampamentos). Outro referencial de extrema importância é que os universitários também desenvolvem um olhar crítico também sobre a própria organização, já que passam a observar as ações do movimento do lado de fora, junto aos demais estudantes urbanos. Este posicionamento crítico serve para retroalimentar a máquina do MST, oferecendo orientações como “placas de sinalização” ao longo da evolução histórica do grupo.

“Quando você está dentro da organização, você acredita que é tudo perfeito. Mas agora com uma visão mais crítica, eu acredito que nós precisamos melhorar ainda mais... Qualificar melhor nossos militantes e dirigentes. Nós estamos na linha certa, mas nós precisamos de mais estrutura que possa qualificar as pessoas e que elas possam se sentir agente do processo, responsável por todo esse processo de transformação. Acredito que faltam mais pessoas com essa capacidade pra poder mobilizar muito mais pessoas” (Cristiana)

Os depoimentos de Pedro e Cristiana expõem ainda a grande preocupação com a importância das escolhas pessoais que fizeram, no sentido de colaborar e/ou construir novas referências político-sociais para a organização de novos assentamentos e, principalmente, cooperativas.

¹⁴ Antonio Carlos Wolkmer é uma das referências do chamado “Direito Achado na Rua”, projeto que ganhou força na década de 90 e atualmente conta com a participação de juristas que propõem um direito novo que ampliaria a capacidade da população de “autoexecutar” sua participação ativa no processo social. Ver WOLKMER, Antonio C. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. Porto Alegre : Editora Acadêmica, 1991.



“No caso, eu sugeri [nas opções da inscrição] Administração, Economia e Contabilidade, porque eu já tinha feito alguma coisa nestas áreas. Eu pensei ‘pelo menos eu já tenho um pouquinho de conhecimento’. Depois eu pensei no movimento: qual a melhor opção para o movimento? Mas aí o movimento também tinha esta dificuldade. Até hoje a parte de contabilidade feita por uma cooperativa é feita por pessoas de fora. (...) O movimento começava a perceber que havia esta deficiência, esta necessidade. Aí eu propus um ano nesta área [escolhida]” (Pedro).

“Eu vou ser uma eterna ativista. A gente já está com uma proposta de ir para outro estado e assumir uma tarefa muito difícil. Eu fiquei muito feliz por isso porque eu quero contribuir. Eu não teria sentido, não consigo imaginar trabalhando como assalariada depois de conseguir uma bolsa através do movimento. Eu estaria sendo injusta comigo e com os trabalhadores. Me realizar por completo é poder contribuir colocando o meu saber para os trabalhadores” (Cristiana).

Sobre o sistema usado pelo MST para incentivar seus jovens a fazer o vestibular, vemos que a divulgação por meio dos professores das escolas de assentamentos e pelos próprios universitários sem-terra é a principal maneira de estimular os demais. A velha dificuldade de assimilar conhecimento para conseguir aprovação é amenizada com a ajuda dos colegas mais instruídos, por meio de cursos preparatórios mais baratos para vestibular (poucos o cursam), ou ainda emprestando material usado por vestibulandos de anos anteriores. Ainda assim, as críticas estão presentes quando o assunto é o sistema de seleção das IES existentes no Brasil, públicas ou privadas. Os estudantes sem-terra parecem estar cientes de que ocupam vagas condicionadas a um sistema que as contabiliza como mercadoria (com seus preços estipulados de acordo com a procura, com o espaço físico, com a necessidade ou não de áreas laboratoriais, etc.).

“Como a universidade não consegue lotar as salas e aí entra dentro daquela que a educação é uma quase mercadoria... Então, tanto faz, já que não tem nada, pode botar mais 20 [estudantes] do MST com bolsa que tudo bem. Então para a universidade é bom que tem alunos e pra nós é melhor ainda” (Marcelo).

Além de expor a formação educacional alternativa e paralela ao sistema oficial, percebe-se ainda que este o universitário sem-terra amplia o poderio das ferramentas de difusão de informações desenvolvido e estruturado pelo movimento: colaboram com os jornal e revista próprios do MST, ajudam ONGs nacionais e internacionais (como a Via Campesina), trabalham na dispersão de idéias e notícias pelo mundo e também na presença na Internet por meio de site oficial e participação nas redes sociais, além de



divulgarem livros, artigos, pesquisas e até mesmo material audiovisual para qualquer interessado, dentro ou fora das faculdades. São propostas de mudanças que se aliam aos Encontros de Jovens do Campo e da Cidade¹⁵, ao Fórum Social Mundial e tantos outros eventos disseminados pelo Brasil e pelo mundo.

No caso específico dos universitários, as costuras sociais que eles fazem no campus, como livros e vídeos sugeridos por Marcelo ou as pesquisas levadas à sala por Cristiana – dois dos estudantes sem-terra entrevistados pelo autor durante a pesquisa de mestrado – acabam funcionando como ponte entre os “de fora” e os “de dentro” (BRANCO, 2003). Eles são reflexos da formação do movimento e funcionam como reagentes dentro do “meio estranho” ao que eram acostumados.

Processando as duas condições de vivência, o jovem sem-terra indica ao próprio MST novos caminhos e novos meios para penetrar nas fissuras da sociedade atual. Mas este processo comunicacional feito por eles também expõe ações e iniciativas do MST incompatíveis ou que não estão surtindo efeito dentro das atuais condições sociais e econômicas, como as ocupações de terra (fora dos parâmetros que definem propriedades como improdutivas) e invasões de prédios ou órgãos públicos e estabelecimentos privados tachados de ineficientes. O exemplo dos estudantes mostra que é preciso inicialmente voltar a dialogar com a comunidade, interagir e organizar ações com a participação de todos. Por meio destes diálogos externos, os setores internos do movimento social também sofrem mudanças.

Hoje já não se vê apenas uma ocupação de propriedades rurais, mas a ocupação dos espaços públicos. No campo e na cidade, o cidadão brasileiro (mesmo ainda acanhado) começa a usufruir as recentes descobertas do seu poder político, do “direito a ter direitos” e de exercer a liberdade que lhe é inerente dentro destes espaços públicos. As condições atuais da sociedade brasileira foram, em parte, moldadas pelo “Estado de Bem-Estar” citado por Oliveira (1999), onde o capitalismo absorveu propostas socialistas e acatou reivindicações históricas – aposentadoria, seguro-desemprego, etc. – dos chamados dominados. Esta foi uma tentativa de neutralizar o suposto mau sujeito e anular a política impregnada no ser humano (suprimindo o conflito e discussões, esvaziando as arenas públicas), mas ainda sim foi uma reestruturação importante por parte do Estado.

¹⁵ Tais encontros são realizados em âmbito nacional, estadual ou regional. Este pesquisador participou de três eventos, mas destaca o 1º Encontro Estadual de Jovens do Campo e da Cidade realizado em Londrina (PR), entre 30 de agosto e 1º de setembro de 2002, onde reuniram-se cerca de 850 pessoas.



Mais importante ainda é a busca dos estudantes por colocar em prática a crítica que apresentam no discurso. Marcelo e Cristiana descobriram que a interação com os colegas de classe pode ser feita com dados, pesquisas e até mesmo com produções culturais, como vídeos e documentários.

“... no semestre passado entrou uma professora de Direito Agrário na universidade que até então não tinha. Ela começou a falar do MST e me pediu uns filmes e eu passei uns [nomes de produções] pra ela. E o pessoal viu aqueles filmes que eu passei e começou uma discussão. (...) Eu passei [os documentários] “Terra de Rose”, “Sonho de Rose”, “Arquiteto da Violência”¹⁶ e um sobre Corumbiara. Aí eu passei e um dos alunos – que está no décimo semestre – disse ‘nossa professora, isso tudo acontece dentro do movimento é?’. Aí surgiu na sala o meu nome. E ele (o aluno) disse ‘eu sempre vejo ele com as coisas do movimento, todas as manifestações que o MST faz na faculdade ele tá junto. Eu tinha um pensamento geral do movimento, mas eu nunca conversei com ele’. Eu faço questão de demarcar, que sou militante do MST” (Marcelo).

É verdade que muitos sofrem com o preconceito e como afirma Branco (2003, p. 66), “são incluídos de forma excludente” no que se refere ao processo educacional e à própria sociedade. No entanto, eles extrapolam o conceito padrão de educação (professor/emissor > aluno/receptáculo) e inserem meios que reforçam suas críticas ao processo de aprendizagem padronizado, ao mesmo tempo em que subsidiam os demais alunos com informações sobre o ‘seu grupo’: o Movimento Sem-Terra.

“As pessoas que não conheciam o MST tiveram uma oportunidade de discutir isso mais a fundo. Tinha umas professoras que provocavam e aí a gente ia esclarecendo. E alguns estudantes que são muitos desinformados ficavam inseguros, não sabiam realmente qual lado era verdade. E aí nós conseguimos provar algumas coisas com atitudes concretas. A gente trouxe dados sobre a produção [agrícola], sobre a saúde, a moradia, quer dizer, da dignidade que o movimento desenvolve com os trabalhadores. (...) A gente falava das escolas que nós temos, da proposta da educação, dos prêmios que nós já recebemos... Então as pessoas perguntavam: ‘por que a mídia não fala isso?’... Ora, porque não é importante [dizer ou mostrar isso]” (Cristiana).

¹⁶ *Terra para Rose*, com a Direção de Tetê de Moraes (1985), é um registro da luta dos sem terra no Rio Grande do Sul, destacando a Fazenda Anoni e a personagem Rose, camponesa que sonhava conquistar um pedaço de chão junto com os companheiros de luta. *O sonho de Rose* (Tetê de Moraes-1995) resgata o mesmo grupo registrado na Fazenda Anoni, mostrando o pessoal já assentado, as cooperativas, escolas e demais melhorias na fazenda. Rose, no entanto, não estava mais lá: morreu dia 31 de março de 1987, depois que um caminhão foi jogado contra os sem-terra durante uma manifestação. Além dela, morreram outras duas pessoas. *Arquiteto da violência* (2000) é um documentário feito no sul do Brasil com base em imagens cedidas por policiais militares que não concordavam com a violência usada pela corporação. A maioria dos fatos registrados ocorreu no Paraná.



Percebe-se mais uma vez que o resgate das referências históricas está implícito nas declarações acima. Vê-se ainda que as “ações de ocupação” estão sendo reformuladas em cima da “bagagem” trazida pelos jovens sem-terra para dentro da universidade, dentro do ambiente urbano onde estão vivendo. Os movimentos sociais compreenderam somente há pouco tempo que são nos processos comunicacionais simples – vizinhos conversando, ONGs colaborando com projetos sociais – que aparecem as costuras sociais necessárias para reforçar as mobilizações.

Para Gohn (2000), a formação do cidadão do MST passa ainda por duas dificuldades básicas: os conflitos entre culturas societárias (baseadas na vivência e experiências anteriores) e os conflitos de ordem "cultural-identitária", onde se observam dificuldades para o exercício do discurso igualitário do movimento – enquanto ideal maior – dentro da vivência efetiva do dia-a-dia.

Outro problema estaria ainda na formação moral do jovem cidadão sem-terra. É compreensível que a formação basicamente marxista e também religiosa (alinhada pela Teologia da Libertação), dificulte o trabalho de dirigentes, professores e pais sem-terra, de oferecerem uma imagem ampliada aos filhos – e conseqüentemente estudantes – do que seria o ideal do grupo como movimento social popular dentro dos espaços públicos, visto que os adultos (ou a velha geração) ainda têm dificuldade em discutir temas complexos atuais, ligados ou não ao movimento (desemprego, homossexualismo, ecologia, genética, entre outros assuntos). "O MST tem propostas modernas para as questões econômicas (como as cooperativas), mas ainda tem dificuldades em algumas questões-chave da era da modernidade, como a dos direitos nas problemáticas de gênero e em questões culturais sobre raças e etnias" (GOHN, 2000, p.154).

Tais construções sociais e reformulação do pensamento da base tradicional do movimento encontram caminho de reedificação com a Comunicação (seja ela de massa ou comunitária e popular), como faz o MST ao costurar projetos de divulgação, mobilização e educação, primeiro no interior dos grupos ativistas para depois se expandir para as camadas sociais. Ao construir a identidade de um bairro, uma rua ou um movimento, desconstroem-se os valores duvidosos vigentes na sociedade atual.

A colaboração do universitário sem-terra torna-se primordial nas duas pontas do processo de reformulação: garante internamente a reposição de lideranças e funções estratégicas, arejando a coordenação com novas idéias e ações contemporâneas, ao mesmo tempo em que avança entre os jovens urbanos com seus referenciais político-



sociais e traz sugestões estando “fora da casa”. Ele pode observar mais atentamente a construção e o planejamento do movimento do qual participa, o que constitui uma visão crítica nova, sólida, melhor e mais eficiente. Uma visão criada sobre, para e dentro do próprio MST, funcionando como novo parâmetro (uma bússola que passa a nortear o agir coletivo ou uma balança que pondera as futuras ações) e também como retroalimentador do grupo, oferecendo um conceito ainda mais amplo dos novos movimentos sociais brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1992
- BRANCO, Maria Teresa Castelo. **Jovens sem-terra: identidades em movimento**. Curitiba : Editora UFPR, 2003
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis, Vozes, 2000.
- _____. **Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Projeto Periferia. (www.ebooksbrasil.org) [recurso eletrônico], 2003.
- DIAS, Emerson dos Santos. **A maioria do MST e o futuro dos universitários sem-terra**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UEL-PR, Londrina.
- _____. **Conflitos e contradições nas raízes dos movimentos sociais rurais brasileiros**. UEL Londrina : Revista Mediações, v. 8, n. 2, 2003.
- FONSECA, Isabel Costa. **Estratégias de Comunicação do MST para se inserir na Esfera Pública**. IN: **Inovcom** - Revista Brasileira de Inovação Científica em Comunicação [recurso eletrônico], Intercom, v. 1, n. 2, 2006
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo, Contexto, 1999.
- PELLEGRINI, Denise. **Aprenda com eles e ensine melhor**. Revista Nova Escola, Editora Abril, São Paulo, nº 139, jan./fev. de 2001.
- VELA, Hugo. **O novo perfil do jovem rural**. Revista Marco Social, Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, maio de 2001.
- ZIRALDO [et al.]. **A força do Pobre é a quantidade!** – Entrevista com João Pedro Stédile. Revista Bundas. Rio de Janeiro: Editora Pererê, v. 1, n. 49, p. 6-13, 23 mai. 2000.